



**Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

**COMISSÃO NACIONAL DO PROGRAMA CERRADO SUSTENTÁVEL- CONACER  
(Dec. 5.577/2005)**

**Ata da 8ª Reunião Ordinária (26 de Julho de 2011)**

**Abertura**

Na manhã do dia 26 de julho do corrente ano, no auditório do CENAFLOR (Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável) – IBAMA, aconteceu a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável – CONACER, instituída pelo Decreto nº 5.577/2005 e alterada pelo Decreto 7.302/2010. Os trabalhos foram iniciados pelo Senhor Mauro Pires (SECEX/MMA) e estiveram presentes os membros constantes no anexo 1.

**1. Histórico e contexto atual da CONACER e apresentação e posse de novos membros da CONACER, do Núcleo Cerrado e Pantanal (NCP) e convidados**

Após apresentações individuais, teve início a reunião pelas palavras do senhor **Ariel Pares (MMA)**, proferindo posse aos representantes conforme Portaria nº 327, de 26 de junho de 2011, destacando o interesse da ilustre Ministra de Estado do Meio Ambiente, Sra. Izabella Teixeira, em “*olhar não só para todos os biomas, mas olhar para agenda de desenvolvimento do País*”. Neste contexto essa CONACER, além de retomar as atividades, tem por meta criar a cultura de acompanhamento quanto ao planejamento deste MMA nas políticas do Cerrado.

Foi lida a pauta da reunião e foram feitos os ajustes necessários quanto a alteração de apresentações devido às “agendas” dos palestrantes. Resumidamente foram apresentadas as ações do Programa Cerrado Sustentável, Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) e do macrozoneamento ecológico-econômico do bioma Cerrado.

Foi passada a palavra ao senhor **Ariel Pares (MMA)** que deu posse e legitimou os novos e antigos membros da CONACER e foi aberto espaço para apresentações dos membros recém-chegados, sendo estes: César Victor (FBONS), Jamie Siqueira (FUNAI), Marli Santos (ABEMA), Derly Dossa (MAPA), Lara Montenegro (Rede Cerrado), Ariel Pares (MMA), Nelson Ananias (CNA) e Maurício Mendes (Rede Cerrado).

O senhor **Mauro Pires (MMA)** fez breve citação sobre o surgimento do Grupo de Trabalho do Cerrado que tinha por objeto apresentar ao MMA um programa que funcionasse como marco visando reunir ações para a conservação e uso sustentável do Cerrado, surgindo assim a CONACER visando facilitar a execução do Programa Cerrado Sustentável. Passados cinco anos, atualmente se faz necessária a reformulação do regimento e forma de atuação dessa CONACER, principalmente no tocante ao caráter deliberativo que, por não possuir orçamento próprio e por sua própria composição, foi alterado. Desta forma, ficou disposto que compete a esta CONACER o caráter de colegiado consultivo, com previsão de instituição de câmaras técnicas, além de demais atribuições previstas nos Decretos nº 5.577 e 7.302.

Foram citadas alterações na portaria de instituição da CONACER, como a inclusão de

órgãos recém-criados (ICMBio e SFB) e, visando maior interação, a ampliação de sua presidência, agora a cargo da Secretaria Executiva desse MMA, com reuniões ordinárias semestrais com plenárias abertas e deliberações por maioria simples e, somente em caso de empate, via voto da Presidência.

A CONACER, junto ao Congresso Nacional, participou da criação de Comissão Especial visando a inclusão do bioma como patrimônio nacional, porém faltando deliberação em Plenário. O senhor **Roberto Costa (SBPC)** comentou a importância do convite a representantes de políticas transversais como a Política Nacional de Combate à Desertificação.

O senhor **César Victor (FBONS)** argumentou que no Decreto nº 7.302, não fica explícito o acompanhamento do PPCerrado. A senhora **Denise Deckers (MAPA)** ressalta que a Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável visa promover medidas e acompanhar implementação da Política Nacional sobre Mudança de Clima, que faz por sua vez referência ao PPCerrado. O senhor **Mauro Pires (MMA)** afirma que deveria sim estar ressaltado mas que de qualquer forma isto não prejudica o mandato, bem como ressalta que está explícita a presença da CONACER para acompanhamento do Plano.

O senhor **César Victor (FBONS)** ressalta a importância dos membros desta na definição das pautas para próximas reuniões. O senhor **Mauro Pires (MMA)** concordou com a proposição e lembrou que esta reunião de retomada visou trazer um caráter mais expositivo, mas as demais seguirão o proposto em questão. Sugerindo marcação de uma próxima reunião na Semana do Cerrado, início de setembro. Por fim, o senhor **Ariel Pares (MMA)**, convidou o senhor Derli Dossa (MAPA) para apresentação de palestra com o tema: ABC: Programa Agricultura de Baixo Carbono. Ressalta-se a apresentação dos membros Hiparidi Top'Tiro (MOPIC), Rodrigo Sabença (MMA) e Geraldo Alvarenga (MinC).

## **2. Apresentação do Programa Agricultura de Baixo Carbono – Sr. Derli Dossa (MAPA)**

O Sr. Derli Dossa (MAPA) iniciou sua exposição cumprimentando os presentes e mostrando slides alusivos à produção agrícola brasileira, com destaque para o Cerrado. Ressaltou o importante papel do Brasil enquanto produtor de grãos, carne e, mais recente, na agroenergia, fundamentalmente na questão do etanol e biodiesel, e principalmente na disponibilidade de terra e água, da ordem de 12% da água doce do mundo.

Afirmou que atualmente o Brasil exporta alimentos e matéria-prima de origem agropecuária para 212 países, graças inclusive aos 17 institutos estaduais de pesquisa, a EMBRAPA, às universidades e a própria iniciativa privada que possibilitaram considerável avanço tecnológico.

Relatou que na área de discussão do Código Florestal, a Reserva Legal e APPs atingiriam aproximadamente 40%. Unidades de conservação: 16%. Áreas indígenas: 13% e as pastagens da agricultura produtiva atingiria, se fosse seguir exatamente a legislação vigente, 29%. Afirmou que temos mais do que isso e temos a importância significativa, estradas, lagos, hidrelétricas e etc. Disse, então, que esses são os números que eles utilizam para dar orientação geral sobre a política do Governo na área da agricultura.

Prosseguiu a apresentação demonstrando que dados comparativos permitem inferir que enquanto que a produção aumentou 774%, a área agricultável aumentou 116%. Afirmou que isso é uma comprovação de que a agricultura brasileira cresce em função de ganhos de produtividade. A produtividade na época era 783 quilos por hectare. Hoje a média da produtividade de grãos tem 3173. Este sim é o ponto de vista de discussão: tecnologia.

Em relação ao crescimento da área da pecuária de corte, disse que nos anos de 1960, 58 milhões de cabeças no rebanho. Atualmente, foram vacinados, no final do ano passado para esse, 204 milhões de cabeças no nosso rebanho. A área de pastagem na época que era de 122 milhões de hectares, aqui pecuária de corte e leite, está hoje com, pelos dados do censo, de 2006, 158 milhões. A produtividade do rebanho saiu de 0,47s cabeça por hectare para 1,2 cabeças por hectare. Relatou que nos anos 60 um animal era abatido em torno 40 meses até 48 meses, hoje um animal é abatido

entre 24 meses a 30 meses.

Disse que dados de 2010 mostram que o agronegócio teve um saldo comercial de R\$ 63.000.000,00. Então quando se analisa essa passagem do Brasil pelas crises econômicas de 1928 e 1929 a grosso modo, percebe-se que a agricultura é que faz o diferencial com a população rural hoje, que representa cerca de 16% da nossa população de 190 milhões. Destacou que é importante fazer a plateia ter uma visão que o Ministério da Agricultura tem: quando eles estão falando em abastecer o mercado interno, o que é exportado chamamos de excedente, que gera esse saldo comercial e que permite o Brasil ocupar uma posição importante. Afirmou que tamanha magnitude carece nitidamente de assistência técnica visando ajuste e melhoras dos modelos atuais.

Concluiu que, com relação à carne de frango, se chegará a 48% do mercado internacional. Então todas as reações que se vê no mercado internacional quanto à produção agrícola brasileira, tem como causa fundamentalmente que o Brasil é muito forte nessa competição internacional por alimentos. Afirmou que foi feito um esforço muito grande para que Presidenta utilize o potencial que temos de contribuir via mitigação, em um primeiro momento, mas de adaptação também dessas mudanças climáticas no Brasil. Desta forma, foi possível a implementação do Programa ABC que tem por objetivo garantir o aperfeiçoamento sustentado de políticas de manejo que reduzam a emissão dos gases do efeito estufa que incluem a recuperação de aproximadamente 40 milhões de hectares de pastagens degradadas.

O senhor **Ariel Pares (MMA)** destaca a importância das observações e abre aos questionamentos, solicitando brevidade nas intervenções em virtude de posterior palestra do senhor Luciano Evaristo, diretor de fiscalização do IBAMA. O senhor **César Victor (FBONS)** argumenta sobre o mal uso de agrotóxicos, poluição de água, questionando que tudo que traz divisas também traz muita destruição. Questionou sobre a falta, a nível local, de planejamento da paisagem, faltando também ordenamento territorial principalmente em se tratando de interligar áreas protegidas e remanescentes, destacando assim o papel fundamental da extensão rural e dos produtos extrativistas do Cerrado. O senhor **John Landers (APCD)** destacou a necessidade de incentivo financeiro para quem recupera pastagens degradadas e relevou a importância do despertar da consciência da sociedade que o agricultor realmente deveria ser o guardião dos nossos recursos naturais dentro de sua propriedade, recebendo remuneração por isto, pois não podemos ser uma nação dividida por uma causa comum (Código Florestal). O senhor **Jhonny Jesus (CONAQ)** afirmou que a cada dia verifica maior desmatamento nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tanto pela soja quanto pela cana-de-açúcar, ações estas que causam muito sofrimento às populações tradicionais.

A senhora **Marli Santos (ABEMA)** afirma que o estado do Tocantins possui agricultores muito versáteis que aliados as obras de infraestrutura, por vezes, atropela quesitos ambientais, gerando índices de desmatamento em 1.360 km<sup>2</sup> e 19 mil focos de incêndios. Portanto a Secretaria de Meio Ambiente esta fazendo um planejamento da paisagem, focando a implementação de 7 polos de produção abrangendo minimamente 3 culturas, focando assim a agricultura de baixo carbono porém apresentando também a falta de capacidade técnica específica e de definições quanto a pagamentos por serviços ambientais. Visando assim definir onde e melhor preservar e onde é melhor produzir, porque precisamos de alimentos assim como precisamos de recursos naturais.

O senhor **Hiparidi Top'Tiro (MOPIC)** anuncia que também para os indígenas a questão do agronegócio é complicada e espera que essa retomada do CONACER ajude-os a combater esta perda de território em razão do agronegócio, *“senão fica mais complicado para podermos continuar insistido nesse processo”*.

O senhor **Derli Dossa (MAPA)** visando resposta aos questionamentos, inicia respondendo que, pela brevidade necessária se furtou de adentrar em questões mais detalhadas mas que se coloca plenamente a disposição de discutir em momento apropriado. Foi dito que muitas questões não versam necessariamente ao MAPA e sim ao MDS. Em síntese, temos uma agricultura capitalista com direito de propriedade que visa estimular a produção de empregos e renda, que encontra-se em crescimento significativo e que provavelmente (referindo às alterações do Código Florestal) possui boas condições de passar tanto no Congresso Nacional quanto na Presidência da República.

O senhor **Ariel Pares (MMA)** agradece a participação e abre espaço para a nova

apresentação. O senhor **Mauro Pires (MMA)** introduz a nova apresentação de forma alusiva aos eixos do PPCerrado, principalmente ao tocante monitoramento e controle, visto a presença de ampla gama de setores, dentre eles Estados (ABEMA), Municípios (ANAMMA), setor empresarial, sociedade civil, dentre outros, que podem ajudar nas ações de conservação e fiscalização do Cerrado.

### 3. Apresentação Operação Corcel Negro II – Sr. Luciano Evaristo (IBAMA)

O Sr. Luciano Evaristo iniciou a apresentação cumprimentando os presentes, e trouxe detalhes sobre a Operação Corcel Negro II, ações que iniciaram com investigações de inteligência junto aos Ministérios Públicos dos estados da Bahia e de Minas Gerais, totalizando 157 empresas de diversos estados que faziam vendas fictícias de carvão com obtenção de créditos florestais posteriormente negociados a uma quadrilha de atravessadores. Foram mapeadas aproximadamente 8 mil viagens ilegais que totalizam meio milhão de metros de carvão, destinado a 36 guseiras siderúrgicas do polo de Minas Gerais, correspondente a aproximadamente 19 mil hectares de Cerrado. Foram identificados trabalho infantil e escravo gerando 84 milhões de multas. Afirmou que o carvão ilegal tem sido um grande vetor do desmatamento do Cerrado e da Caatinga e por isso que eles vêm realizando essa série de operações Corcel Negro e finalmente, em uma grande operação envolvendo os estados, com a participação da Secretaria de Meio Ambiente dos estados, com a participação do Ministério Público, da Secretaria de Segurança, essas pessoas foram presas, inclusive em Goiás e no Mato Grosso, e isso demonstra que, enquanto o setor siderúrgico, enquanto as guseiras financiam a entrada do carvão ilegal na produção do ferro gusa, eles deverão atuar firmemente, atrás das quadrilhas organizadas que operam na destruição do Cerrado Brasileiro. Informou que o Gusa produzido com carvão ilegal foi apreendido pelo IBAMA. Até o momento eles têm 1.180 toneladas de gusa apreendidas. Isso é extremamente grave, tendo em vista que eles usam essa operação como um modelo amostral, ou seja, eles não investigaram 100%. Foi tirada uma amostra de movimentações suspeitas dentro do sistema DOF e apenas com essa amostra deu esse volume de destruição e de transporte ilegal de carvão com a atuação terrível dessas quadrilhas. Relatou que com as quadrilhas foi apreendido muito dinheiro vivo, volume de cheques sem precedentes, documentação falsa, DOFs falsos, notas frias. Foram apreendidos documentos que vinculam a operação diretamente às siderúrgicas em Minas Gerais. Destaca-se esta operação por ter conseguido vincular e responsabilizar os compradores finais (empresários) aos responsáveis pela supressão da vegetação, preparação e transporte do carvão. Por fim, afirmou que se medidas não forem tomadas urgentemente para garantir que o setor siderúrgico brasileiro utilize florestas próprias, plantadas, ele teme pelo destino dos biomas Cerrado e Caatinga no Brasil.

A senhora **Marli Santos (ABEMA)** questionou sobre possíveis áreas desmatadas para produção de carvão no estado do Tocantins. Foi obtida a resposta que a operação ocorreu nos estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Piauí e Maranhão, nada sendo realizado em Tocantins.

O senhor **Derli Dossa (MAPA)** questiona o trabalho da fiscalização do IBAMA e sugere que ao invés de autuarem e prenderem deveriam sim gerar empregos e ainda questiona o sentimento interior do senhor Luciano Evaristo sobre *“você se sente bem em colocar da forma como você coloca ou você sente uma angústia por dentro? Porque eu, no seu lugar, seria uma pessoa angustiada se eu tivesse ações repressoras a todo tempo”*.

O senhor **Luciano Evaristo (IBAMA)** agradece o aparte e cita que faz a parte do PPCerrado quanto às ações de comando e controle (fiscalização ambiental) para o cumprimento da legislação vigente, complementando com a seguinte citação *“O meu sentimento enquanto técnico desse órgão significa que quando nós fazemos uma ação repressiva qualificada desse jeito, desarticulando quadrilhas que estão se locupletando com o bioma Cerrado, eu me sinto muito bem. Quando nós verificamos a exploração do trabalho infantil e a exploração do trabalho análogo à escravidão, quando eu vi aquelas crianças todas sujas de carvão, eu me senti muito bem e me sentirei sempre muito bem.”*. Citando ainda que quanto ao desenvolvimento sustentável cabe a fóruns como este

discutir melhores formas de interação.

O senhor **César Victor (FBONS)** parabeniza a ação de fiscalização afirmando que somente com ações de conscientização não conseguiremos bons resultados. Foi criticada a forma abrupta dos plantios de eucalipto e a consequente expulsão das comunidades locais. O senhor **Luciano Evaristo (IBAMA)** complementa que se os polos siderúrgicos querem atuar com carvão nativo que opere em fontes legais, citando que existem grandes empreendimentos que vão produzir lenha em alta quantidade, suficiente para manter o setor siderúrgico, evitando a destruição que está ocorrendo. Em tempo o senhor **Paulo Garcia (Rede Cerrado)** e a senhora **Fernanda Aguiar (ANAMMA)** também parabenizam o IBAMA e citam a dificuldade histórica que ocorrem junto as guseiras visando a regularização ambiental destas. Também foi parabenizado o serviço do PREVFOGO/IBAMA e solicitada medidas de efetivação do Programa Mais Ambiente/MMA.

O senhor **Luciano Evaristo (IBAMA)** afirma que ainda falta muita estrutura além da não existência de política específica de prevenção e combate aos incêndios florestais, citando também: *“Não somos aquela repressão cega, que não enxerga que nós temos que trabalhar em um processo de recuperação das propriedades que estão com passivos ambientais e se nós conseguirmos implantar o Programa Mais Ambiente da forma como o Ministério do Meio Ambiente está colocando para nós, nós teremos o maior programa mundial de sequestro de carbono, se esse programa conseguir ter sucesso. Da parte que nos cabe, na área do monitoramento dentro do Programa, nós estamos avançando bastante para viabilizar essa importante política e conseguirmos melhorar a questão da recuperação dos nossos passivos ambientais”*.

O senhor **John Landers (APCD)** parabeniza a ação de repressão e propõe a instituição bolsa de futuros de madeira tropical brasileira visando sensibilizar as empresas para compra destes títulos, visando obtenção da imagem verde no mercado além de apoiar o reflorestamento e melhoria nas condições de vida dos pequenos produtores rurais. Para tanto é necessário investimento e assistência técnica. O senhor **Luciano Evaristo (IBAMA)** afirmou que *“nós não trabalhamos para gerar o desemprego. Nós trabalhamos para desarticular os aproveitadores, aqueles que destroem o Cerrado Brasileiro”*. Ressaltou, ainda, as diversas fontes legais que foram e estão sendo licenciadas como Girau, Santo Antônio e Belo Monte, entre outras.

O senhor **Ariel Pares (MMA)** parabeniza a atuação e ressalta a importância da combinação de ações de comando e controle com processos de desenvolvimento e disse que é para isto existe esta CONACER, para articular e combinar ações.

#### **4. Apresentação Proposta de Zoneamento Ecológico e Econômico do Cerrado – Sr. Bruno Ab Saber (SEDR-MMA)**

O Zoneamento Ecológico Econômico surgiu no final da década de 80 como um instrumento de planejamento integrado que fizesse a compatibilização dos diversos vetores de ocupação do território, para que nós tivéssemos uma ocupação racional do território nacional, compatibilizando essa ocupação com a base de recursos naturais, a capacidade de regeneração e manutenção dos ecossistemas. O objetivo do zoneamento, portanto, é fazer essa gestão ambiental integrada, um planejamento territorial integrado a partir de uma base de informações especializadas, territorializadas de diversos aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais, para que, a partir disso, você tenha um diagnóstico das vulnerabilidades e das potencialidades do território nacional e possa indicar quais são as atividades mais pertinentes à capacidade de suporte do território e, conseqüentemente, subsidiando a elaboração das políticas públicas, com vista à ocupação sustentável do território e o uso dos recursos naturais sobre bases sustentáveis.

Ressaltou que *“ao mesmo tempo em que se caracteriza por uma considerável riqueza de biodiversidade, por abrigar as nascentes de grandes brasileiras hidrográficas brasileiras, ter uma diversidade sociocultural bastante acentuada, ele vem passando por um processo de transformação do seu território bastante acentuado, que resulta em taxas de desmatamento inclusive quase o dobro daquelas observadas na Amazônia, nos ambientes de floresta da Amazônia. E, ao mesmo*

*tempo, as perspectivas que se colocam para o Cerrado nos próximos anos são de uma acentuação desse processo de ocupação e, diante da carência dos sistemas centralizados e integrados de planejamento, o Macro ZEE do bioma Cerrado se coloca como uma necessidade e uma determinação que nós temos no Decreto que institui o PPCerrado. Atualmente, além do Decreto do PPCerrado, já havia a previsão de fazer essa elaboração do macrozoneamento do bioma Cerrado no Decreto 5.577, que institui o Programa Cerrado Sustentável e a CONACER, a Comissão do Programa Cerrado Sustentável, que dentre as suas ações transversais temos o componente de planejamento integrado que prevê a elaboração do zoneamento do bioma Cerrado (...) temos até o mês de setembro de 2012 para fazê-lo”.*

Ponderou que se fazem necessárias algumas respostas a questões técnicas e políticas como: Quais são as áreas indicadas para a expansão da atividade agropecuária? Quais são as áreas indicadas para criação de novas unidades de conservação, considerando até mesmo a ampliação dos compromissos assumidos na COP realizada em Nagoia em ter 17% dos ecossistemas terrestres protegidos em unidades de conservação? Qual o potencial para remuneração de serviços ambientais no bioma Cerrado?

Considerou relevante trabalho que está sendo desenvolvido pela EMBRAPA, o Geo Cerrado visando mapear áreas mais aptas à remuneração por serviços ambientais. A essência do macrozoneamento é unificar as iniciativas com escalas geográficas distintas já realizadas pelos estados, municípios, sociedade civil, universidades.

O senhor **Jaime Siqueira (FUNAI)** apresenta preocupação com áreas do entorno de Terras Indígenas e tem interesse em participar da formulação deste macrozoneamento e cita este como um dos papéis desta CONACER, o de articular interinstitucionalmente, inclusive com a iniciativa GEF (tanto Cerrado quanto Terras Indígenas).

O senhor **Bruno Ab Saber (SEDR-MMA)** citou que “em 2009 nós passamos por uma auditoria de natureza operacional do Tribunal de Contas da União, que questionou muito a forma como as terras indígenas e as unidades de conservação, as áreas protegidas de modo geral, são colocadas no Zoneamento Ecológico Econômico como uma categoria à parte, para a qual não é feita uma proposta de gestão para o interior desses territórios (...) sendo este um diálogo que nós gostaríamos de aprofundar com a FUNAI para que, até mesmo no âmbito do macrozoneamento do bioma Cerrado, nós possamos já incorporar ou não essa determinação colocada pelo Tribunal de Contas da União”.

O senhor **John Landers (APCD)** questionou a aplicação do sistema de aptidão de terras da EMBRAPA, pois podem assim subestimar áreas de plantio direto que seriam classificadas como agricultura. O senhor **Bruno Ab Saber (SEDR-MMA)** afirmou que utiliza este sistema da EMBRAPA.

A senhora **Fernanda Aguiar (ANAMMA)** se colocou à disposição para discutir este tema junto aos municípios. Ao que o senhor **Bruno Ab Saber (SEDR-MMA)** afirmou que esta realmente foi uma grande dificuldade que ocorreu no zoneamento da Amazônia.

O senhor **César Victor (FBONS)** questiona a composição da Comissão Coordenadora dos zoneamentos ser unicamente governamental federal. Solicitando, se possível, pelo menos a participação dos estados da federação e de representantes de comunidades tradicionais ou através de etapas de consultas públicas. O senhor **Bruno Ab Saber (SEDR-MMA)** concorda com o pleito demandado e cita que isto já vem ocorrendo, como no estado do Mato Grosso.

O senhor **Hiparidi Top'Tiro (MOPIC)** citou que no estado do Mato Grosso foram desconsideradas as questões indígenas em detrimento do forte setor agropecuário instalado neste estado. O senhor **Bruno Ab Saber (SEDR-MMA)** afirmou preocupação com o ocorrido e informou que este MMA ainda não obteve detalhes sobre a metodologia adotada no estado do Mato Grosso.

O senhor **Ariel Pares (MMA)** passou a condução da reunião ao senhor **Volney Zanardi (SEDR-MMA)** e este chamou a próxima apresentação.

## 5. Apresentação Avanços da CONACER e do PPCerrado – Sra. Adriana Bayma (SBF-

## **MMA) e Sr. Mauro Pires (SECEX-MMA)**

O Programa Cerrado Sustentável tem como objeto promover a conservação, a restauração e a recuperação dos ecossistemas naturais, bem como a valorização e reconhecimento de suas populações, que são a base do que nós vivenciamos no Cerrado. Está estruturado em ações temáticas, com base em ações programáticas com componentes de conservação, uso sustentável, comunidades tradicionais e agricultura familiar, sustentabilidade da agricultura, pecuária e silvicultura, gestão de recursos hídricos. Há também ações transversais que interligam os componentes principais, tais como ações de conhecimento e difusão de informação, monitoramento e controle, legislação, instrumentos econômicos, planejamento integrado e fortalecimento institucional, criação de unidades de conservação (em termos de importância biológica e prioridade de ação) e corredores ecológicos.

Em relação ao fomento e arranjos produtivos locais de produtos tradicionais do Cerrado foi instituído o Plano Nacional da Agrobiodiversidade com disponibilização de produção junto a mercados oficiais, através da CONAB e do PRONAF, e como estratégia de conservação *in situ* e *ex situ* da agrobiodiversidade, destacam-se os centros irradiadores de manejo da agrobiodiversidade e o projeto Plantas para o Futuro. O Plano das Cadeias da Sociobiodiversidade e os Territórios da Cidadania surgem como iniciativas interessantes para a inserção e melhora da qualidade de vida das comunidades locais e tradicionais.

O Programa de Revitalização do rio São Francisco foi um grande catalisador não só de recurso, como de iniciativas voltadas para a recuperação de áreas degradadas, principalmente em áreas de recursos hídricos, apresentando os Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD) como um dos seus resultados. Ainda nesta temática, destaca-se a Agência Nacional de Águas (ANA) tem um programa chamado Produtor de Águas, que estimula os agricultores a proteger as suas propriedades, sendo inclusive inspirado no caso do município de Extrema, em Minas Gerais, que fornece parte do recurso para abastecimento da cidade de São Paulo.

Outro importante trabalho que está sendo feito junto ao ICMBio, que são os Planos de Ação Específicos para a recuperação de espécies ameaçadas de extinção, correspondendo a aproximadamente um terço das espécies constantes na Lista Vermelha da Fauna Ameaçadas, com previsão de cobertura dos 100% das espécies com Planos criados e implementados.

Quanto ao mapeamento das áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade é necessário se viabilizar maior acesso às coleções científicas e citar que está em andamento o processo de atualização. Também foram iniciadas as atividades relacionadas ao Inventário Florestal Nacional, numa parceria entre Universidade de Brasília e este Ministério do Meio Ambiente, através do Serviço Florestal Brasileiro. No intuito de mapear a riqueza e promover os benefícios das plantas medicinais foi lançada e reeditada a Farmacopeia do Cerrado, em conjunto com a articulação Pacari.

A iniciativa GEF Cerrado Sustentável com montante de US\$ 13.000.000,00, está sendo executada por meio de 4 subprojetos. Também existe a iniciativa junto ao Ministério do Meio Ambiente Alemão, através do Fundo Clima, principalmente depois da repercussão que sobre os dados do desmatamento e consequente emissões de gases de efeito estufa do Cerrado serem tão altos quanto os da Amazônia.

O Monitoramento da Biodiversidade em Unidades de Conservação, está ocorrendo em cinco unidades de conservação do Cerrado na temática associada ao fogo. A implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) visando a regularização (adimplência ambiental) das propriedades rurais complementa as iniciativas relacionadas à Redução de Emissões por Desmatamento Evitado e possibilita a implementação efetiva das reservas legais e APPs visando o estímulo ao planejamento e gestão integrada de unidades produtivas.

O senhor **Roberto Costa (SBPC)** destacou a experiência do Instituto Nacional do Semiárido quanto à educação contextualizada e à preparação de material didático, especificamente para a realidade local com treinamento de professores da rede pública e das universidades visando

contextualizar os saberes locais. O senhor **Jaime Siqueira (FUNAI)** destacou o importante papel dos corredores ecológicos e a relevância para a TI Kraó, estado do Tocantins, da implementação do Corredor Ecológico do Jalapão e, posterior, ampliação para a região sul do Maranhão e Piauí envolvendo tanto o PARNA Chapada das Mesas quanto a TI Pinajé. Levantada a difícil realidade das TI frente à ampliação de hidroelétricas, inclusive as PCHs, foi sugerido a esta CONACER encampar a discussão do uso dos recursos hídricos no Cerrado, bem como viabilizar a integração entre GEF Cerrado e GEF Indígena e fazer uma moção de apoio ao decreto da PNGAT visando também a conservação das terras indígenas no Cerrado.

A senhora **Adriana Bayma (SBF-MMA)** no tocante ao Corredor do Jalapão destacou-se a interligação leste-oeste no estado principalmente por meio de reservas legais das propriedades. Disse que as PCHs realmente são um problema, principalmente quanto à alteração do regime hídrico, e que o MMA está incluindo esta questão na identificação das áreas prioritárias. A integração entre GEF Cerrado e Indígena realmente tem que ser feita.

A senhora **Marli Santos (ABEMA)** comentou sobre a certificação do capim dourado junto às comunidades do Jalapão, que valoriza economicamente a produção da região e aumenta o preço do produto da biodiversidade do Cerrado, mas o que nós estamos percebendo agora é contrabando deste. Citou a complexa situação das oito grandes hidroelétricas e das 26 PCHs já licenciadas na bacia do rio Tocantins. Informou que foi criado o sistema de gestão de UCs no estado ([www.ges.to.gov.br](http://www.ges.to.gov.br)), que é um sistema informatizado com informações de gestão, pesquisas, fundiárias e de biodiversidade. A outra questão abordada pela representante da ABEMA é a parceria entre Secretaria de Meio Ambiente de Goiás e do Tocantins visando a criação do Fórum Estadual dos Secretários de Meio Ambiente da Região de Cerrado, que vai ter como base algumas discussões importantes, inclusive a criação de crédito de biodiversidade para o Cerrado, uma espécie de mercado parecido com o mercado de carbono. E o último ponto é com relação às áreas prioritárias para criação de UCs federais, pois o Estado do Tocantins tem previsto como prioridades estaduais aproximadamente a criação de mais 60.000 hectares de unidades de conservação de proteção integral, caso estas se efetivem creio que será difícil também trabalharmos com as criações de unidades federais e necessitamos articular estas demandas.

O senhor **Aldicir Scariot (SBPC)** comentou sobre a pouca presença do aspecto relacionado ao uso sustentável da biodiversidade, pois há um grande esforço do governo brasileiro no sentido de promover a coleta, a produção de produtos da agrobiodiversidade, a comercialização notadamente através de dois programas, o PGPMBIO, que garante um preço mínimo e através do PPA também, mas não há esforços significativos. Afirmou que, salvo algumas iniciativas do MCT (inclusive a COMCERRADO), mas que ainda sim tem limitações de alcance, não há um esforço significativo no sentido de produzir essas técnicas e equipamentos para o uso sustentável da biodiversidade. O senhor **Ricardo Melamed (MCT)** complementou que, além da Rede ComCerrado foi lançada a Rede Pró-Centro-Oeste de Biodiversidade e Biotecnologia, com parceria das FAPs dos 4 estados do Centro-Oeste, nas temáticas de biodiversidade, bioprospecção e geodiversidade, visando à otimização de cadeias produtivas, desenvolvimento de novos produtos e moléculas, com foco na formação de recursos humanos e estruturando um programa de Pós Graduação. O senhor **Aldicir Scariot (SBPC)** comentou que é necessário se trabalhar com os produtos explorados pelos agroextrativistas, bem como com os gargalos tecnológicos para produção, por exemplo, de polpas de frutas do Cerrado ou de maquinário adequado para beneficiamento e exploração de sementes como de baru e outras castanhas. Disse estar pensando mais em uma junção de conhecimento tradicional com conhecimento científico para gerar soluções de uso imediato para as populações e para os agroextrativistas.

O senhor **Mauro Pires (SECEX-MMA)** comentou sobre a necessidade de ampliar dentro da CONACER, por exemplo, a apresentação das iniciativas do MCT e da rede COMCERRADO, focando em produtos agroextrativistas que têm densidade social econômica, aproveitando para envolver tanto ICMBio, SFB, FUNAI, MMA, dentre outros com agendas correlatas.

O senhor **Geraldo Alvarenga (MinC)** comentou sobre a dificuldade de mensurar ações transversais bem como a necessidade de integrar os atores aqui envolvidos tais como os Territórios



da Cidadania, microprojetos culturais de turismo associado a comunidades tradicionais e os territórios quilombolas.

O senhor **John Landers (APCD)** fez um apelo visando integrar, em prol do interesse nacional, as questões diversas entre ambientalistas e grandes produtores rurais, como destaque os trabalhos relacionados à Soja Sustentável e o ICMS Verde (recomendando a esta CONACER sugerir aproximadamente 75% do valor arrecadado ser direcionado ao gerador do benefício ou a alguma ação de conservação da fonte geradora).

Sobre o PPCerrado, o senhor **Mauro Pires (SECEX-MMA)** informou que ele foi lançado no dia 15 de setembro do ano passado. A versão preliminar foi apresentada à Comissão, à CONACER no ano passado. Com a vinculação do PPCerrado à lógica do PPA, em tese nós vamos diminuir a prestação de contas para um único sistema de execução orçamentária e financeira, permitindo uma visão mais rápida sobre a efetividade do Plano. Então, por isso que a próxima etapa do PPCerrado a partir de 2012 vai mirar até o ano de 2015. São os 4 anos, portanto de execução do PPA. Então essa ele acha que é uma inovação importante. Quanto a recursos, informou que está sendo efetivada parceria junto ao Governo da Alemanha da ordem de 8 milhões de Euros e, também, junto à Caixa Econômica Federal.

Um ganho importante que teremos será junto ao sistema de apoio à fiscalização, a Detecção do Desmatamento em Tempo Quase Real (DETER), que auxilia as equipes do IBAMA e do Chico Mendes, da Polícia Federal em campo que, quando orientadas com base nessas imagens, conseguem interferir na dinâmica do próprio desmatamento e, portanto conseguem evitá-lo. Provavelmente estas ações serão financiadas com recursos alemães e provavelmente se concentrarão na região oeste da Bahia. Além disso, temos também o trabalho associado a combate a incêndios e queimadas e outras ações estratégicas que se referem às terras indígenas e a ampliação de unidades de conservação, com aproximação com governos estaduais e prefeituras.

Uma oportunidade de destaque é o Fórum de Secretários Estaduais do Cerrado que está sendo constituído mas que é necessária a realização de reunião para nivelamento e também para saber como os estados podem de fato se integrar a essa iniciativa, destacando que os estados do Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Goiás, São Paulo já possuem planos estaduais de combate ao desmatamento, ficando então faltando Minas Gerais, Bahia, Piauí e Mato Grosso do Sul fazerem seus planos, integrando assim a agenda de sustentabilidade para os proprietários rurais.

O senhor **Mauro Pires (SECEX-MMA)** continuou sua fala afirmando que há mais um fato importante a ser relatado: o levantamento da cobertura vegetal, embora tenha apresentado uma taxa, uma estimativa de desmatamento de 85.000 km<sup>2</sup> entre 2002 e 2008, dá uma taxa de 14.200, no ano seguinte, 2009, de acordo com o levantamento, esse número caiu para 7.600. Então é uma redução em torno de 50%. Destaca-se um importante instrumento de conservação para o Cerrado que vai ser a atração dessa agenda e dos produtores rurais para a conservação, o Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais que para o Cerrado deve apresentar grande diferença, porque exatamente aqui temos muitas áreas privadas. Para isso nós precisamos da aprovação lá no Congresso da Lei que institui a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais.

O senhor **Volney Zanardi (SEDR-MMA)** sugeriu, em virtude da impossibilidade da presença do senhor Nabil Kadri (MDS), que a apresentação sobre o Programa Brasil sem Miséria ocorra na próxima reunião desta CONACER.

A senhora **Fernanda Aguiar (ANAMMA)** destacou que dos 6 municípios mais desmatados que encontram-se na Bahia, 4 já implementaram a gestão ambiental municipal com poder de polícia e de emissão de licenças ambientais, assim sendo, devemos envolvê-los.

O senhor **Hiparidi TopTiro (MOPIC)** cita que a maioria dos incêndios no estado do Mato Grosso começam nas terras indígenas, sejam por razões culturais associados à caça ou por fazendeiros que põem fogo para culpá-los. Solicita que para melhorar estes acontecimentos são necessários treinamento de brigadistas bem como ações que visem integrar o setor agropecuário com as questões indígenas. Também é preciso aproximar mais o GEF Cerrado do GEF Indígena.

O senhor **Mauro Pires (SECEX-MMA)** afirmou que este ano já foram capacitadas 7 brigadas indígenas, em parceria IBAMA FUNAI. Afirmou que podemos, sim, evoluir muito e focar

a interação indígena com agronegócio através de agenda de convergência e, também, tentar junto ao Fundo Clima como fonte de financiamento brasileiro.

A senhora **Marli Santos (ABEMA)** afirmou que no Tocantins estão implementando o Programa TO Legal que apresenta semelhança ao CAR, totalizando aproximadamente 70 mil imóveis rurais. Para tanto estão via GEF Cerrado tentando recursos para criar um sistema de cadastramento, realizado junto a TNC chamado de AGROGEO. Citou também que a Reunião dos Secretários de Meio Ambiente deve acontecer junto a Semana do Cerrado.

O senhor **César Victor (FBONS)** citou, em relação à agenda de criação de Unidades de Conservação, que já foram entregues estudos contratados pelo MMA em regiões do Piauí, Mato Grosso e Tocantins, necessitando agora de consultas públicas como previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Sugeriu também que deva se discutida a questão fundiária das Unidades de Conservação do Cerrado.

A senhora **Lara Montenegro (Rede Cerrado)** destacou que pela formação da CONACER, é fundamental em sua missão *“adequar a regulamentação da produção, beneficiamento, comercialização e registro dos produtos de uso sustentável da biodiversidade para gerar benefícios ambientais e sociais amplos”*.

O senhor **Mauro Pires (SECEX-MMA)** esclareceu que a temática central do Plano de Combate ao Desmatamento é o combate ao desmatamento e aos incêndios florestais, que por sua vez é apenas uma das pautas do Programa Cerrado Sustentável, mas que os assuntos relacionados a comunidades tradicionais se encaixa perfeitamente na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais. Disse que também entende que o Programa Mais Ambiente é a porta de entrada para os programas estaduais de regularização ambiental, exatamente para evitar sobreposição e, ao mesmo tempo, facilitar a vida do produtor quanto a regularizar perante o Código Florestal e a averbação da Reserva Legal, que é algo que está na legislação a cargo dos órgãos estaduais.

A senhora **Adriana Bayma (SBF-MMA)** se colocou à disposição para estreitar a efetivação de ações conjuntas entre GEF Cerrado e Indígena, afirmou que os estudos de criação de Unidade de Conservação já estão no órgão responsável (ICMBio) e necessitam de vistoria (sobrevoo, neste caso) dos técnicos respectivos visando posterior outiva pública. Foi sugerida apresentação na próxima reunião da CONACER do Plano Estratégico de Criação de UC ou pelo menos das áreas que devem ser realizadas as consultas públicas.

O senhor **Volney Zanardi (SEDR-MMA)** sugeriu encaminhamento ao próximo item da pauta: calendário e demais assuntos.

## 6. Apresentação do calendário e próximos assuntos

O senhor **Mauro Pires (SECEX-MMA)** sugeriu além da reunião próxima ao dia do Cerrado, a realização de mais uma reunião antes do término do exercício de 2011, provavelmente em 29 de novembro. Para a Semana do Cerrado é sugerido além da 9ª reunião ordinária da CONACER, a reunião dos Secretários de Meio Ambiente, reunião da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados (que solicitamos previamente apoio da Rede Cerrado e do Fórum Brasileiro de ONGs para apoio na articulação e no próprio evento), apresentação de fotografias, lançamento de Catálogo da Flora do Cerrado e um evento aberto provavelmente na Universidade de Brasília.

O senhor **Fernando Tatagiba (SBF-MMA)** confirmou a previsão de lançamento do Catálogo com 500 Espécies Botânicas do Cerrado e solicitou, também, espaço para o lançamento das Iniciativas Sustentáveis no Bioma Cerrado, articulação junto a Gerência de Fomento Florestal (SFB-MMA) e demais secretarias deste MMA.

A senhora **Lara Montenegro (Rede Cerrado)** solicitou reunião dessa CONACER a partir do dia 15 pois nos dias 13 e 14 acontecerá a Assembleia da Rede Cerrado que conta com a participação de alguns membros desta Comissão. O senhor **Mauro Pires (SECEX-MMA)**, após colocar a temática em votação, confirmou a indicação do dia 15 para a realização da 9ª Reunião

Ordinária da CONACER, e afirmou a necessidade de se comentar sobre a próxima pauta de reunião, bem como a possibilidade da apresentação do Sr. Ricardo Melamed (MCT) como sugerida em epígrafe.

O senhor **César Victor (FBONS)** sugeriu a necessidade de estabelecimento de prazo para recebimento de propostas e validação dos respectivos membros desta. O senhor **Mauro Pires (SECEX-MMA)** considerou plausível a questão apresentada e resgatou que existe um grupo de e-mails da CONACER e este deva ser reativado.

O senhor **Jhonny Jesus (CONAQ)** aproveitou a oportunidade para convidar os membros para participar do IV Encontro das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Brasil.

O senhor **Jaime Siqueira (FUNAI)** novamente reiterou a solicitação para que esta CONACER faça uma moção *“para assinatura do Decreto da PNGAT, que está paralisado na Casa Civil há bastante tempo, apesar de todas as análises que já foram feitas pelo MJ, pelo próprio MMA”*.

O senhor **Mauro Pires (SECEX-MMA)** argumenta que para esta CONACER, em caso de moção, o membro que propõe apresente o texto digitado para ser encaminhado. Afirma a felicidade na retomada das atividades dessa CONACER além de cumprimentar aos presentes afirmou que *“eu acho que nós começamos bem e vamos trabalhar para conservar o Brasil e os nossos recursos naturais. Muito obrigado”*.

A senhora **Adriana Bayma (SBF-MMA)** em nome do senhor Ministro Interino Bráulio Dias afirmou a satisfação nos trabalhos aqui retomados, saudou os novos membros e desejou bons trabalhos diante de novas políticas e perspectivas. O senhor **Volney Zanardi (SEDR-MMA)** agradeceu a participação dos parceiros, protagonistas da retomada do trabalho da CONACER.

## ENCAMINHAMENTOS

1. O senhor **César Victor (FBONS)** sugere que as pautas das próximas reuniões da CONACER sejam também sugeridas por seus membros.
2. Alguns membros sugeriram maior envolvimento da Secretaria de Extrativismo Rural Sustentável, principalmente da Diretoria de Extrativismo.
3. Os senhores **Jaime Siqueira (FUNAI)** e **Hiparidi (MOPIC)** sugeriram reativar a interlocução entre GEF Cerrado e GEF Indígena. A senhora Adriana Bayma (SBF-MMA) se colocou a disposição para viabilizar esta solicitação.
4. O senhor **Jaime Siqueira (FUNAI)** sugeriu que a CONACER promova discussões sobre o uso de recursos hídricos no Cerrado e solicitou auxílio desta Comissão para elaboração de moção de apoio ao decreto da PNGAT que visa conservação das terras indígenas no Cerrado.
5. O senhor **Mauro Pires (SECEX-MMA)** sugeriu articular a criação de Unidades de Conservação Federais junto aos estados, principalmente Goiás e Tocantins.
6. O senhor **Mauro Pires (SECEX-MMA)** sugeriu ampliar as discussões relacionadas a ciência e tecnologia aplicadas a conservação e uso sustentável (sugerido tema: produtos agroextrativistas que têm densidade social econômica) e, também, sobre a interação da questão indígena com a agenda agropecuária.
7. O senhor **César Victor (FBONS)** sugere que seja discutido a questão de regularização fundiárias das Unidades de Conservação.
8. O senhor **Volney Zanardi (SEDR-MMA)** sugeriu realizar apresentação sobre o Programa Brasil sem Miséria (Sr. Nabil Kadri – MDS).
9. A senhora **Adriana Bayma (SBF-MMA)** sugeriu apresentar, na próxima reunião do CONACER, o Plano Estratégico de Criação de Unidades de Conservação Federais.
10. O senhor **Mauro Pires (SECEX-MMA)** sugeriu reativar lista de e-mails da CONACER ([conacer@mma.gov.br](mailto:conacer@mma.gov.br)).

## **ENCERAMENTO DA 8º REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DO CERRADO - CONACER**

### **ANEXO 1 – Membros da CONACER na 8º Reunião Ordinária**

1. Agnaldo Moraes da Silva (MI)
2. Aldicir Osni Scariot (SBPC)
3. Carlos Cléber Sousa Soares (MDS)
4. César Victor Espirito Santo (FBONS)
5. Denise Deckers do Amaral (MAPA)
6. Devanir Garcia dos Santos (ANA)
7. Eliziário Noé Boeira Toledo (CONTAG)
8. Fernanda Aguiar (ANAMMA)
9. Fernando Coutinho Pimentel Tatagiba (SBF-MMA)
10. Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior (MinC)
11. Hanry Alves Coelho (IBAMA)
12. Hiparidi Top'Tiro (MOPIC)
13. Jaime Garcia Siqueira Júnior (FUNAI)
14. José Humberto Chaves (SFB-MMA)
15. Jhonny Martins de Jesus (CONAQ)
16. John Nicholas Landers (APCD)
17. Lara Regitz Montenegro (Rede Cerrado)
18. Luiz Carlos Simion (FBONS)
19. Marli Santos (ABEMA)
20. Maurício Ferreira Mendes (Rede Cerrado)
21. Néelson Ananias Filho (CNA)
22. Paulo Garcia (Rede Cerrado)
23. Paulo Henrique Marostegam e Carneiro (ICMBio)
24. Ricardo Melamed (MCT)
25. Roberto Germano Costa (SBPC)
26. Rodrigo Dutra da Silva (IBAMA)
27. Sandra Maria da Silva (CONAQ)

### **Membros do Núcleo Cerrado e Pantanal (NCP-MMA)**

1. Gustavo Henrique de Oliveira
2. Jaqueline Menezes Silva

### **Convidados**

1. Adalberto Eberhard (DZT-MMA)
2. Adriana Bayma Panhol (SBF-MMA)
3. Ariel Pares (SE-MMA)
4. Derli Dossa (MAPA)
5. Mauro Pires (SECEX-MMA)
6. João Paulo Sotero (SFB-MMA)
7. Lidiamar Albuquerque (EMBRAPA)
8. Luiz Antônio Carvalho (GM-MMA)
9. Roberto Vizentin (SEDR-MMA)
10. Roberto Zanin (ICMBio)
11. Rodrigo Sabeça (SEDR-MMA)

**12. Sebastião Resende (SFB-MMA)**

**13. Verônica Tavares (SECEX-MMA)**